



Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça
para os devidos fins.

Em 16/09/84

Conceição de Maria Lages Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado

Antônio Uchôa
para relatar.

Em 17/09/84

Presidente Comissão de Constituição e Justiça



ESTADO DO PIAUÍ ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA.

1

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 88/2014

PROCESSO AL – 10.049/14

AUTOR(A): DEP. MARGARETE COELHO

RELATOR (A): DEP. ANTÔNIO UCHÔA

I - RELATÓRIO

Nos termos do art. 47, Inciso VI, do Regimento Interno, encaminhamos a esta relatoria a proposição para emitir o parecer conforme dispõe os arts. 59 a 63, 139 e seguintes do mesmo diploma legal. A referida proposição **Institui a Política Estadual de Educação do Campo.**

A proposição faz parte do Processo Legislativo art. 73, III, 75, da Constituição Estadual combinado com os arts. 96, inciso I, alínea “b” e 105, do Regimento Interno.

Considera-se população rural, os agricultores familiares, os pequenos proprietários, os faxinalenses, os extrativistas, pescadores artesanais, das ilhas, os ribeirinhos, assentados, acampados, inseridos em comunidades caracterizadas pela especificidade do modo de vida e trabalho com a terra e a água.

A identidade da escola do campo é definida pelo contexto sociocultural no qual está inserida, entendido este como trabalho com a terra, moradia e produção da vida cultural centralizada nas relações sociais vividas no campo.

A Secretaria de Estado da Educação – SEDUC e os municípios, em regime de colaboração, devem criar e implementar políticas públicas que garantam a existência e a manutenção da Educação do Campo, com qualidade. O Poder Público Estadual e o Municipal, devem constituir, ampliar e fortalecer equipes de coordenação específica para o desenvolvimento das políticas de Educação do Campo, bem como Comitês Estadual e Municipal, objetivando o acompanhamento técnico e pedagógico.

Constituem elementos fundamentais e condições a serem observadas pelas mantenedoras para o funcionamento das escolas do campo: a gestão democrática da escola, a organização democrática do trabalho pedagógico, a adequação da infraestrutura, o financiamento e os profissionais habilitados.

As Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais, para a Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 04/10 de 13/07/10, evidenciam o seu papel de indicador de opções políticas, sociais, culturais, educacionais, e a função da educação, na sua relação com um projeto de Nação.

Por todo o exposto, este relator é favorável à implantação da Educação do Campo, no Sistema Estadual de Ensino do Piauí.



ESTADO DO PIAUÍ
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA.

2

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

II – VOTO DO RELATOR

Visto e analisado o relatório por a proposição se encontrar nos dispositivos regimental constitucional e de boa técnica legislativa, somos de parecer favorável a sua normal tramitação e aprovação.

**SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ**, Teresina, 28 de novembro de 2014.


Dep. **ANTÔNIO UCHÔA**
Relator

Reuniao Conjunta

APROVADO A UNANIMIDADE
em, 16 / 12 / 14
Presidente da Comissão de <i>Justiça e Adm</i> <i>Pública</i>

Antônio